



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça**

fls. 6

Ofício-Circular n. 241/2013
0011689-90.2013.8.24.0600

Florianópolis, 15 de julho de 2013.

Assunto: Comunicação de indisponibilidade de bens – autos n. 0011689-90.2013.8.24.0600

Senhor(a) Registrador(a) de Imóveis:

Encaminho a Vossa Senhoria cópia digitalizada do Desp./Dec.-Ofício n. 7034223 - PRCTBEF01GABF (fls. 1-4), subscrito pela Exma. Senhora Luciana da Veiga Oliveira, Juíza Federal da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Curitiba-PR, bem como da decisão (fl. 5) exarada nos autos acima referidos, para anotação da indisponibilidade de bens da(s) pessoa(s) ali mencionada(s).

Eventuais respostas positivas deverão ser encaminhadas diretamente ao subscritor do referido ofício, no seguinte endereço: Rua Anita Garibaldi, 888, Curitiba – PR, CEP 80540-180, e-mail: prctbef01@jfsc.gov.br.

Antônio Zoldan da Veiga
Juiz-Corregedor



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
01A VF EXECUCOES FISCAIS DE CURITIBA

EXECUÇÃO FISCAL Nº 2008.70.00.011707-0/PR
EXEQUENTE : UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO : AGIMPORT EXPORT COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : SANDRO FABIANO SANTOS
EXECUTADO : BRUNO NICKEL
ADVOGADO : MARCOS ELISSANDRO TESTA
EXECUTADO : LUCIANA DANELUTTI STORTI
EXECUTADO : MARCIO CESAR SCHRAMM

DESPACHO/DECISÃO-OFÍCIO

Curitiba, 05 de março de 2013.

Desp./Dec-Ofício n.º 7034223 - PRCTBEF01GABF

Ao responder, favor fazer referência ao número do processo em epígrafe.

1. A exequente requer a indisponibilidade de bens e direitos da parte executada. O artigo 185-A do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar nº 118/2005, dispõe que:

Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Portanto, defiro o pedido. Com lastro no art. 185-A do CTN, determino a indisponibilidade de eventuais bens que possam vir a integrar o patrimônio de AGIMPORT EXPORT COMERCIAL LTDA, CNPJ 04568595000137, BRUNO NICKEL, CPF 03165925950, LUCIANA DANELUTTI STORTI, CPF 20669626864 e MARCIO CESAR SCHRAMM, CPF 61261912934, até o limite de **R\$ 160.644,38 (cento e sessenta mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, valor atualizado

2008.70.00.011707-0



[MZA©/MZA]

7034223.V002 1/5



Recebido em 03/05/2013
 70.537

0011689-90 2013.03.05 17:07



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
01A VF EXECUCOES FISCAIS DE CURITIBA

fls. 2

até **08/2012** (fl. 476). Para tanto, expeça-se ofício comunicando a indisponibilidade:

a) ao **Departamento Nacional de Trânsito** para determinar o bloqueio de quaisquer veículos atuais ou futuro em nome da executada.
(SAUS Quadra 1, Bloco H, 5º andar, Asa Sul, Brasília - 70070-010)

b) à **Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná**, solicitando que repasse a indicação de disponibilidade a **todos os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado**, para que estes registrem a indisponibilidade sobre eventuais bens atualmente registrados (se houver) e futuros, em nome da parte executada. Os Oficiais desses Cartórios deverão, ainda, abster-se de proceder a registros referentes a ônus ou transferência da propriedade nas matrículas dos imóveis pertencentes à parte executada.

(Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Palácio da Justiça - Anexo, 9º andar - Centro Cívico. Curitiba - PR - CEP: 80.530-912)

c) à **Comissão de Valores Mobiliários**, requisitando que sejam bloqueados quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários, certificados de depósito de valores mobiliários, cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos, notas comerciais ou contratos futuros, de opções e outros derivativos ou qualquer outro valor mobiliário que a parte executada possua atualmente ou venha a adquirir em seu nome.

(Rua Formosa, 367, 20º andar, CEP 01.049-000, São Paulo-SP - endereço fornecido pela exequente)

d) ao **Banco Central do Brasil**, solicitando o bloqueio de valores atualmente depositados ou que venham a ingressar futuramente em contas correntes em nome da parte autora ou que sobejem a 40 (quarenta) salários mínimos, em se tratando de caderneta de poupança.

(Av. Cândido de Abreu, nº 344, Centro Cívico, Curitiba - PR. CEP: 80530-914)

e) à **BM&FBOVESPA**, solicitando informações sobre distribuição de dividendos ou amortização e/ou resgates de debêntures em nome da parte executada e respectivo cônjuge.

(Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP. CEP 01.013-001)

2008.70.00.011707-0



[MZA©/MZA]

7034223.V002 2/5





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
01A VF EXECUCOES FISCAIS DE CURITIBA

f) à **Corregedoria de Justiça do Estado de Santa Catarina**, solicitando que repasse a indicação de disponibilidade a todos os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado, para que estes registrem a indisponibilidade sobre eventuais bens atualmente registrados (se houver) e futuros, em nome da parte executada. Os Oficiais desses Cartórios deverão, ainda, abster-se de proceder a registros referentes a ônus ou transferência da propriedade nas matrículas dos imóveis pertencentes à parte executada.

(Rua Álvaro Millen da Silveira, nº 208 Torre I, 8º andar, Centro. Florianópolis - SC - CEP: 88.020-901)

Este Juízo vem recebendo informações no sentido da impossibilidade de operacionalizar o bloqueio. Nesse ponto, **ressalto que eventual impossibilidade material ou operacional do órgão não pode servir de justificativa ao Juízo para o fim de avaliar o descumprimento do preceito legal. Referida norma não é dirigida ao Juízo, mas sim aos órgãos que cita, os quais deverão promover os atos necessários ao seu cumprimento.** Em relação ao BACEN especificamente, observo que o instrumento colocado à disposição do Poder Judiciário para diretamente diligenciar a existência de ativos (BACENJUD) não permite o cumprimento integral do artigo citado, de modo que os atos necessários ao cumprimento integral desta decisão devem ser operacionalizados diretamente pelo próprio BACEN.

Somente as respostas positivas deverão ser juntadas aos autos.

2. Sobrevida respostas positivas aos ofícios expedidos, promova a Secretaria a devida anotação no rosto dos autos e abra-se vista à exeqüente para que se manifeste, requerendo o que entender necessário ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Fica a parte exequente ciente que o silêncio será interpretado como não interesse na penhora/bloqueio do referido bem, ficando a Secretaria desde já autorizada a promover o levantamento do gravame, expedindo o que for necessário.

3. Fica autorizada a parte exequente a diligenciar junto a **outros órgãos** o cumprimento da indisponibilidade, mediante apresentação de cópia da presente decisão.

2008.70.00.011707-0



[MZA©/MZA]

7034223.V002 3/5





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
01A VF EXECUCOES FISCAIS DE CURITIBA

fls. 4

4. O feito deve aguardar em Secretaria a resposta pelo período de **6 (seis) meses, ficando suspenso** desde que não haja outra diligência ou ato a ser cumprido.

Não havendo resposta positiva deverá a exequente diligenciar diretamente junto aos órgãos o cumprimento do ofício expedido.

Fica a exequente, desde já intimada, que **deverá manifestar-se dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o término do prazo acima (seis meses)** sobre o prosseguimento do feito, **independentemente de nova intimação**, ciente de que, nada sendo requerido, havendo somente pedido de concessão de prazo ou sendo reiterado pedido já apreciado, os autos retornarão à suspensão, considerando que não houve qualquer diligência efetiva para localização de bens desde a suspensão anterior, nos termos do artigo 40, da Lei nº 6.830/80, considerando que não foi(ram) encontrado(s) o(s) devedor(es) e/ou bens, ficando a exequente intimada desde já a peticionar nos autos requerendo a retomada do andamento do feito, a qualquer tempo, independentemente de nova intimação, respeitada a prescrição, observando que conforme decidiu a Corte Especial do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conferindo interpretação conforme ao caput do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, **o prazo prescricional nele previsto se inicia a partir da suspensão, e não do arquivamento do feito**, tendo em vista que, no ponto, a Lei nº 6.830/80 (de natureza ordinária) invadiu campo reservado à lei complementar (Arguição de inconstitucionalidade nº 0004671-46.2003.404.7200/SC, Rel. Des. Federal Luciane Amaral Corrêa Münch, Corte Especial, maioria, j. em 27/08/2010).

Havendo resposta aos ofícios após findo o prazo acima estando os autos já suspensos ou sobrestados, estes serão reativados devendo a Secretaria intimar a exequente para manifestação nos termos do item 2.

Encaminhe-se a presente decisão, que servirá como ofício.



Documento eletrônico assinado por **Luciana da Veiga Oliveira, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.jfpr.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **7034223v2** e, se solicitado, do código CRC **CB205BC8**.

2008.70.00.011707-0



[MZA©/MZA]

7034223.V002 4/5





Autos nº 0011689-90.2013.8.24.0600

Ação: Pedido de Providências

Requerente: 1ª Vara Federal de Execuções Fiscais da comarca de Curitiba/PR e outro

Requerido: Agimport Export Comercial Ltda e outros

DECISÃO

Trata-se de expediente encaminhado pela Dra. Luciana da Veiga Oliveira, Juíza Federal da 1ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Curitiba - PR, no qual solicita a comunicação da **indisponibilidade de bens**, aos Ofícios de Registro de Imóveis do Estado de Santa Catarina, de AGIMPORT EXPORT COMERCIAL LTDA. (CNPJ n. 04568595000137), BRUNO NICKEL (CPF n. 03165925950), LUCIANA DANELUTTI STORTI (CPF n. 20669626864) e MARCIO CESAR SCHRAMM (CPF n. 61261912934), decretada na execução fiscal n. 2008.70.00.011707-0.

É o relatório necessário.

Muito embora a Lei n. 6.015/1973 defina em seu artigo 247 que a indisponibilidade de bens deverá ser averbada nas matrículas imobiliárias, silencia quanto à forma e o endereçamento de tais diligências.

Nesse particular, o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça fixa a regra de que cabe ao próprio órgão prolator da indisponibilidade oficiar às serventias extrajudiciais, de acordo com a conveniência do caso concreto (art. 815, § 1º), ressalvados os casos de ação popular ou ação civil pública, cuja comunicação poderá ser realizada por esta Corregedoria (art. 815, § 2º).

Não obstante, é cediço que, com a implantação do Sistema Hermes, ficou sobremaneira facilitada a comunicação entre a Corregedoria-Geral da Justiça e os serviços extrajudiciais deste Estado. Aliada a este fato, importante destacar a existência da Comunicação Interna n. 21, de 25-11-2011, determinando a realização de estudo para a modificação do aludido dispositivo do CNECJ.

Destarte, o deferimento do pedido, neste momento, é medida que se impõe.

Diante do exposto, expeça-se ofício circular aos serviços de Registro de Imóveis do Estado, remetendo-o via Sistema Hermes (malote digital), para que procedam à averbação da indisponibilidade e, na sequência, informem diretamente à autoridade solicitante sobre o cumprimento da medida, se positiva a resposta.

Cientifique-se a requerente. Após, arquivem-se.

Deixo de remeter o presente processo ao crivo da Excelentíssima Vice-Corregedora-Geral da Justiça, diante do contido na Portaria n. 3/2012.

Florianópolis (SC), 10 de julho de 2013.

Antônio Zoldan da Veiga

Juiz-Corregedor

Endereço: Rua Alvaro Mullen da Silveira, 208, 10º Andar - Torre I - Tribunal de Justiça, Centro - CEP 88020-901, Fone: (48) 3287-2762, Florianópolis-SC - E-mail: cgi@tjsc.jus.br